GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

Às quatorze horas do dia 20 de agosto de 2025, reuniu-se, em sessão ordinária, o Pleno do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal (TARF), mediante videoconferência, estabelecido à sede do Instituto de Pesquisas Estatísticas do Distrito Federal - IPEDF, 2º andar, sob a Presidência da Sr.^a Conselheira Vânia Nascimento de Castro, Presidente, presentes o Sr. Conselheiro Renato Couto Mendonça, Vice-Presidente, e, ainda, os Srs. (as) Conselheiros (as) Carlos Daisuke Nakata, Juarez Boaventura da Silva, Solange Leite de Menezes, Luciana Soares Carreiro, Júlio Breves dos Santos Júnior, Joicy Leide Montalvão de Almeida, Edson Miranda Santos, Igor Araújo Soares, Hormino de Almeida Júnior e ainda os Conselheiros Suplentes Samara de Oliveira Freire, Ricardo Domingues Reis, Romilson Amaral Duarte e Denner Leonardo Amaral de Andrade, bem como o Sr. Representante da Fazenda Pública do Distrito Federal, Procurador Vinícius Rocha Braga Lessa. Ausente, justificadamente, as Conselheiras Beatriz Guimarães Menezes, Rebeca de Magalhães Melo e Luciana Ferreira Braga, sendo substituídas, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Samara de Oliveira Freire, Ricardo Domingues Reis e Romilson Amaral. Inicialmente, foi aprovada a ata da sessão anterior, compartilhada previamente com os Conselheiros e a Representação Fazendária. Antes de iniciar os trabalhos, a Senhora Presidente informou que a Conselheira Luciana Carreiro se declarou impedida de julgar o processo da alínea “c”, a ser substituída pelo Cons. Suplente Denner de Andrade. Diante disso, foi antecipado o julgamento da referida alínea, retirando-se a Conselheira Luciana Carreira, e passando a fazer parte da bancada o Conselheiro Suplente Denner de Andrade. Assim, os recursos pautados foram apregoados na ordem que segue: **PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** c) **Processo nº 0040-001641/2012**, Tributo ICMS, ED 15/2025, Embargante SABUGY AGROINDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, Advogado Mário Celso Santiago Meneses OAB/DF 45.912, Embargada Fazenda Pública do Distrito Federal, Relatora Conselheira Solange Leite de Menezes. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e provimento dos embargos de declaração para determinar que a correção monetária e os juros de mora sejam limitados à Taxa Selic nos meses em que o critério utilizado pela Lei Complementar Distrital nº 435/2011 (INPC+ juros de mora de 1% ao mês) a supere.** Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em conhecer dos embargos de declaração, para também à unanimidade, dar-lhes provimento, atribuindo-lhes efeito infringente, reformar em parte a decisão embargada, apenas para determinar que seja aplicada, para fins de atualização do crédito tributário em julgamento, a Taxa Selic para todo o período da autuação, sempre que o somatório do INPC com juros de mora de 1% ao mês, estabelecidos pela Lei Complementar nº 435/2011, supere a referida Taxa, nos termos do voto da Conselheira Relatora.** Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Beatriz Guimarães, Luciana Braga e Rebeca Melo, sendo substituídas, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Samara Freire, Romilson Amaral e Ricardo Reis. Por haver se declarada impedida, a Cons. Luciana Carreiro foi substituída pelo Cons. Suplente Denner

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

de Oliveira. Redatora para o acórdão a Conselheira Relatora. Antes de se passar ao próximo julgamento da pauta, o Cons. Suplente Denner de Oliveira cedeu lugar à bancada para retorno da Cons. Luciana Carreiro.

PARA PROSEGUIMENTO DE JULGAMENTO: a) **Processo nº 04044-00001314/2025-12**, Tributo ICMS, RJV 14/2025, Recorrente RODRIGO NOBRE DE ARAÚJO, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Relatora Conselheira Solange Leite de Menezes (Os autos estavam com vista ao Conselheiro Suplente Ricardo Domingues Reis). Concluído o julgamento, foi proferida a seguinte decisão: **acorda o Pleno do TARF, à unanimidade, em conhecer do recurso, para à maioria de votos, negar-lhe provimento**, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Foi voto vencido o do Conselheiro Ricardo Reis, que deu provimento ao recurso, nos termos de sua declaração de voto, sendo acompanhado pela Conselheira Suplente Samara Freire. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Beatriz Guimarães, Luciana Braga e Rebeca Melo, sendo substituídas, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Samara Freire, Romilson Amaral e Ricardo Reis. Redatora para o acórdão a Conselheira Relatora. **PARA INÍCIO DE JULGAMENTO:** b) **Processo nº 0040-004150/2015**, Tributo ICMS, RE 32/2023, Recorrente BT BRASIL SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, Advogado Rafael de Paula Gomes OAB/DF Nº 26.345, Recorrida Fazenda Pública do Distrito Federal, Representante da Fazenda Procuradora Nayara Sepulcri de Camargo Pinto, Relator Conselheiro Carlos Daisuke Nakata. **A Representação Fazendária opinou pelo conhecimento e desprovimento do recurso.** Iniciado o julgamento, o Conselheiro Relator votou pelo conhecimento e desprovimento do recurso, sendo acompanhado pelos Conselheiros Juarez Boaventura, Luciana Carreiro e Júlio Breves. A Conselheira Joicy Montalvão conheceu e deu provimento ao recurso para retirar o item I do Auto de Infração, nos termos de sua declaração de voto. Colhido o voto do Conselheiro Igor Soares, este pediu vista dos autos. Consultados os demais Conselheiros quanto à antecipação de seus votos, estes preferiram aguardar o retorno dos autos à Pauta de Julgamento. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Beatriz Guimarães, Luciana Braga e Rebeca Melo, sendo substituídas, respectivamente, pelos Conselheiros Suplentes Samara Freire, Romilson Amaral e Ricardo Reis. Esgotada a pauta, foi conferida e aprovada a ementa de acórdão referente ao seguinte recurso: RJV 36/2025 (Ac. 210/2025). No momento destinado a indicações e propostas, nenhum dos Conselheiros quis se manifestar. Nada mais havendo a tratar ou quem desejasse usar da palavra, a Sra. Presidente encerrou a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia 22 de agosto de 2025, sexta-feira, às quatorze horas. E, por nada mais constar, eu, Alessandra Duarte, lavrei a presente ata, que estará disponível no SEI para as assinaturas de todos os participantes desta sessão de julgamento.

VÂNIA NASCIMENTO DE CASTRO
Presidente

RENATO COUTO MENDONÇA
Vice-Presidente

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
ATA DE SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**

VINÍCIUS ROCHA BRAGA LESSA

Procurador

CARLOS DAISUKE NAKATA Conselheiro

JUAREZ BOAVENTURA DA SILVA Conselheiro

SOLANGE LEITE DE MENEZES Conselheira

LUCIANA SOARES CARREIRO Conselheira

JÚLIO BREVES DOS SANTOS JÚNIOR Conselheiro

JOICY LEIDE MONTALVÃO DE ALMEIDA Conselheira

EDSON MIRANDA SANTOS Conselheiro

IGOR ARAÚJO SOARES Conselheiro

HORMINO DE ALMEIDA JÚNIOR Conselheiro

SAMARA DE OLIVEIRA FREIRE Conselheira Suplente

RICARDO DOMINGUES REIS Conselheiro Suplente

ROMILSON AMARAL DUARTE Conselheiro Suplente

DENNER LEONARDO AMARA DE ANDRADE Conselheiro Suplente